

ANC P.2

Volta à moderação

3 MAR 1988

Do armistício que o presidente da Constituinte propôs e o presidente da República recusou ao almoço que este ofereceu e aquele aceitou deduz-se que cessa o duelo entretido, ao agravo de cada sexta-feira. Atribua-se a exacerbação às tensões advindas da fadiga causada pelas batalhas da nova Constituição e da quase paralisia do Executivo pela demora de definir-se o mandato do chefe do Governo. Mas o saldo decepciona a compostura das altas autoridades, responsáveis tanto pelos destinos nacionais como por exemplos moderados e articulados.

Presença de expectativa, ansiosa por desfecho compatível com o resgate dos impasses, a Nação espera o desfrute de uma situação normal que aos governantes cabe assegurar-lhe, sobretudo numa fase em que a fatalidade acomete várias populações irmãs de morte e desabrigo.

Pode ser repetitiva, porém é válida a exigência de atarem-se os homens públicos aos interesses comuns, no abandono das

polêmicas espetaculares. Batido por crises antes apenas contornadas, o País não assimila o acréscimo de crises de artifício. Desenvolve-se a ponto de rejeitar o caduco fantasma do golpe. Deseja e postula a democracia, tão superior que mesmo os servos das ditaduras da extrema esquerda e direita a procuram, louvam-na ainda que a estrangulem se for ingênua e neles acredita.

É oportuno considerar que não será a Constituição, em si, a definidora dos rumos da Nação. Ela consistirá num instrumento disciplinador que a prática dirá das adequações. Por enquanto, é duro reconhecer que seu vulto soberano fica muito aquém dos engenhos político-eleitorais inseridos em seu corpo, desde a Comissão de Sistematização, que resvalou da tarefa técnica e do método até ao arbítrio ideológico.

Indisfarçável a protelação do prazo do mandato presidencial, indisfarçável ficou a ingerência dos condicionamentos de cunho eleitoral, que obri-

garam o Executivo a reagir, chocando pela surpresa ao decolar da atitude estática que, a cada mês, a partir de 1985, o condenava a cabal submissão ao Legislativo, na troca abrupta das prerrogativas e da força decisória. Não foi mais o prazo do mandato o problema; foi a longa espera dos arranjos das próximas candidaturas.

O desequilíbrio tem de ser corrigido. É artefato com endereço do Presidente e não da Presidência da República. Quem viver verá. Bem melhor se veria, alterando-se a cobiça de quem deseja subir logo e a resistência de quem não quer sair pela cassação sob disfarce.

Apaziguem-se os contendores. A Nação agradece porque, sobre os desperdícios que já oneram o povo em sua vida cotidiana, é absurdo o desperdício do talento e do espírito público que formam a saga dos governantes e na hora em que mais se fazem precisos — para assim se confiar num futuro onde ocorra só grandeza de desempenho.